

A seguir serão apresentadas as três dimensões (indivíduo, ambiente de trabalho e atores sociais) e os respectivos componentes essenciais do PRT proposto para a Renast-BA, considerando os elementos norteadores – atividade, produtos e resultados, que compõem o modelo lógico adotado (Figura 2).

Ressalta-se que essa é uma divisão meramente didática, não havendo uma ordem hierárquica entre as dimensões, pois, conforme já abordado, a incapacidade para o trabalho é um fenômeno complexo e multideterminado. Nesse sentido, a identificação de uma situação de risco para incapacidade ou de incapacidade instalada requer o desenvolvimento de ações sincrônicas, coordenadas e negociadas, direcionadas para os diferentes níveis de intervenção. Salienta-se a importância da estruturação de um projeto de intervenção com o planejamento das ações a serem executadas, bem como do registro sistemático de todas as ações realizadas relacionadas à operacionalização e à coordenação do projeto (Apêndice 1).

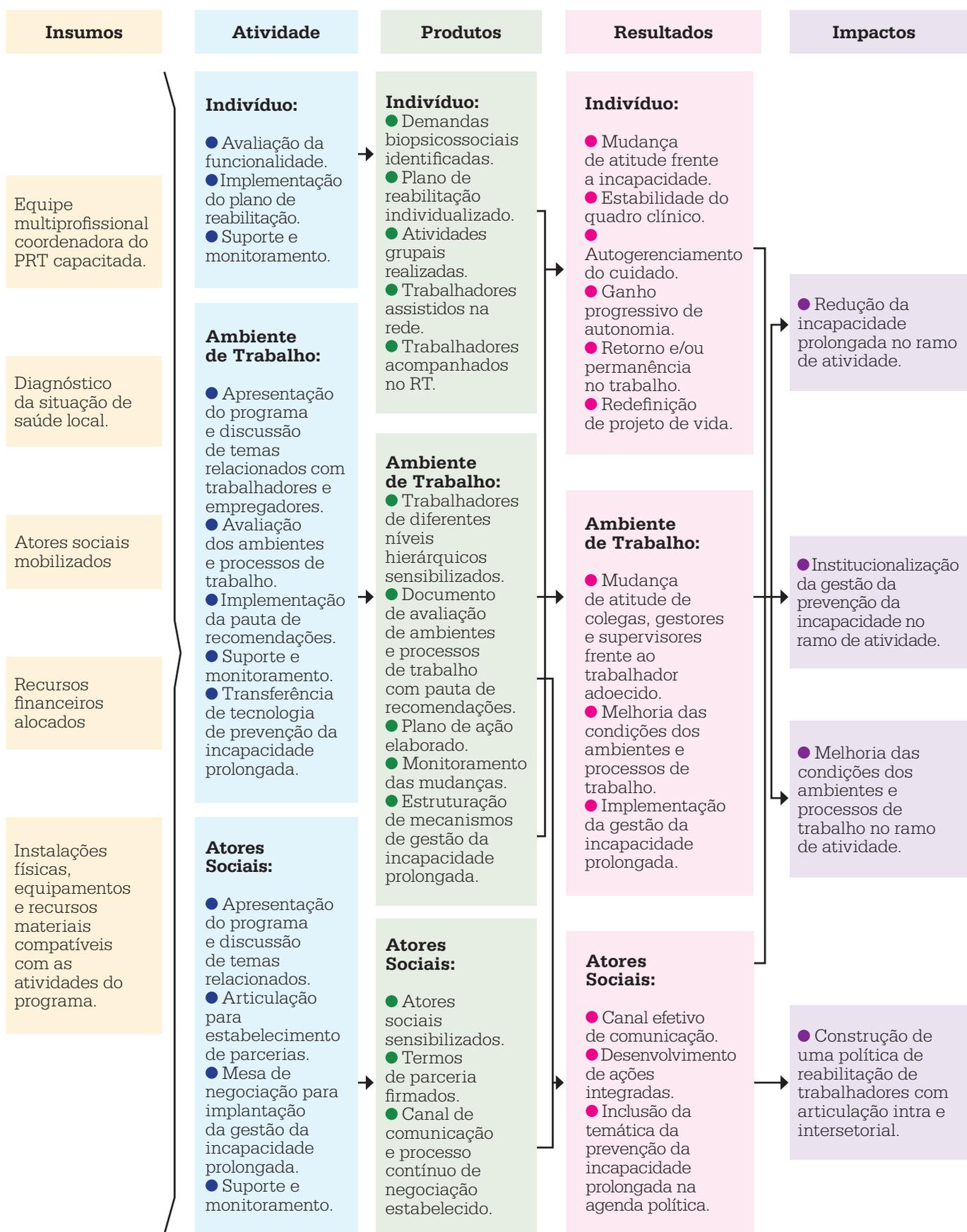
2.1. Dimensões e componentes essenciais para o desenvolvimento de Programa de Retorno ao Trabalho - Renast-BA

A identificação das dimensões e seus componentes essenciais para a implantação do PRT atendeu à necessidade de buscar na literatura as características mais efetivas e eficazes da intervenção. Quando os “ingredientes ativos” (ou seja, as características mais eficazes) podem ser mantidos na replicação ou adaptação da intervenção torna-se possível obter resultados semelhantes aos demonstrados em um outro contexto. De acordo com pesquisas de avaliação de programas de retorno ao trabalho (COSTA-BLACK, 2013), a previsão dos componentes essenciais orienta o desenvolvimento de um novo programa, tendo em vista o conhecimento precedente do que deve ser mantido para garantir a sua efetividade.

QUADRO 1: Dimensões e componentes essenciais do PRT para a Renast-BA

Dimensão	Componentes essenciais (atividades)
Indivíduo	<ul style="list-style-type: none"> • avaliação da funcionalidade • implementação do plano de reabilitação individualizado • suporte e monitoramento
Ambiente de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • apresentação do programa e discussão de temas relacionados com trabalhadores e empregadores • avaliação dos ambientes e processos de trabalho, com elaboração de recomendações voltadas para o retorno ao trabalho • implementação da pauta de recomendações • suporte e monitoramento • transferência de tecnologia de prevenção da incapacidade prolongada
Atores Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • apresentação do programa e discussão de temas relacionados • articulação para estabelecimento de parcerias • mesa de negociação para implantação da gestão da incapacidade prolongada • suporte e monitoramento

FIGURA 2: Modelo lógico do Programa de Retorno ao Trabalho para a Renast-BA



Representação visual do modelo lógico proposto para implantação de PRT na Renast-BA

QUADRO 2: Etapas para a operacionalização das ações do PRT para prevenção e manejo da incapacidade para o trabalho

Etapa 1 – Planejamento

Definição e capacitação da equipe técnica.	Dispor de uma equipe multiprofissional capacitada nos referenciais teóricos (vigilância à saúde, reabilitação biopsicossocial, modelo da CIF e modelo de gerenciamento de caso).
Identificação dos ramos de atividade econômica ou estabelecimentos que possuem alta incidência e prevalência de incapacidade para o trabalho.	Levantamento da situação de saúde dos(as) trabalhadores(as) por ramo de atividade econômica ou estabelecimentos buscando identificar o grau de incidência e prevalência de agravos relacionados ao trabalho com grande potencial incapacitante.
Definição do ramo de atividade econômica ou estabelecimento onde poderão ser desenvolvidas ações de prevenção e manejo da incapacidade.	Pode-se adotar os seguintes critérios: efeitos à saúde (acidentes e/ou agravos) registrados; número de trabalhadores expostos; existência de demanda organizada e factibilidade.

Etapa 2 – Estabelecimento de parcerias

Apresentação da proposta de ação aos atores sociais envolvidos (rede de atenção e vigilância à saúde, controle social, universidades, INSS, MTE, MPT etc.).	Mobilização, sensibilização e estabelecimento de canal de comunicação direta com os atores sociais envolvidos, mediante exposição clara dos objetivos da intervenção e dos pressupostos que a orientam.
Estabelecimento de parcerias para desenvolvimento das ações.	Formalização de parcerias com definição de papéis, ações e responsabilidades entre os atores sociais envolvidos.
Apresentação da proposta de ação aos trabalhadores(as) do ramo de atividade econômica ou do estabelecimento.	Ação de mobilização e sensibilização dos(as) trabalhadores(as) do ramo de atividade econômica ou do estabelecimento alvo do processo de intervenção, com exposição clara dos objetivos e dos pressupostos da intervenção.

Etapa 3 – Desenvolvimento de ações do PRT para prevenção e manejo da incapacidade para o trabalho

Seleção de trabalhadores para participação no PRT.	Identificação e convocação dos(as) trabalhadores(as) que estão em processo de afastamento do trabalho e/ou em situação de presenteísmo, a partir dos seguintes critérios: tempo de afastamento do trabalho; idade; tipo de agravo; setor, função ou atividade com maior incidência de adoecimento; e, principalmente, o desejo do(a) trabalhador(a) em participar do PRT.
Realização das ações direcionadas ao indivíduo.	Avaliação da funcionalidade, implementação do plano de reabilitação individualizado, suporte e monitoramento do retorno ao trabalho (Parte II, tópico 2.1.1)
Realização das ações direcionadas ao ambiente de trabalho	Apresentação do programa e discussão de temas relacionados com trabalhadores(as) e empregadores(as), avaliação dos ambientes e processos de trabalho, implementação da pauta de recomendações, suporte e monitoramento e transferência de tecnologia de prevenção da incapacidade prolongada (Parte II, tópico 2.1.2).
Realização das ações direcionadas aos atores sociais.	Apresentação do programa e discussão de temas relacionados, articulação para estabelecimento de parcerias, mesa de negociação para implantação da gestão da incapacidade prolongada e suporte e monitoramento (Parte II, tópico 2.1.3).

Etapa 4 – Avaliação das ações do PRT

Avaliação do impacto das ações desenvolvidas direcionadas aos trabalhadores(as) com o PRT.	Esse processo consiste na avaliação da efetividade do plano de reabilitação individual, utilizando como critérios: mensuração do ganho progressivo de autonomia; estabilização do quadro clínico; envolvimento motivacional; reconhecimento do grau de satisfação do(a) trabalhador(a) com o programa; identificação de novos objetivos e perspectivas profissionais. Essa avaliação deve ocorrer de forma processual, individualmente ou em grupo, devendo-se incorporar a percepção do(a) trabalhador(a) acerca do seu processo de reabilitação. Ao final do PRT, deve-se reavaliar a funcionalidade de cada trabalhador(a) participante, com os mesmos instrumentos utilizados, tomando-se como referência a avaliação inicial da funcionalidade para fins de avaliação dos resultados das ações.
Avaliação do cumprimento da pauta de recomendações acordada.	Consiste no monitoramento e acompanhamento regular e sistemático do cumprimento das mudanças recomendadas para o(s) estabelecimento(s), tendo em vista o retorno ao trabalho ou permanência de forma sustentável. Sugere-se, como referência para análise de cumprimento das recomendações, o apêndice 4.B das Orientações Técnicas para Ações de Vigilância de Ambientes e Processos de Trabalho, páginas 49 a 51 (http://www.suvisa.ba.gov.br/saude_trabalhador/publicacoes/manuais).